



Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 419
29/11/2013 a 05/12/2013¹

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Equipe de revisão: Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Guilherme Paul Berdu, Henrique Neto Santos, Jonathan de Araújo de Assis, Kimberly Alves Digolin, Lívia Peres Milani, Lucas Eduardo Silveira de Souza.

Equipe de redação: Aline Martins Meschiatti dos Santos, Amanda Ferreira, Barbara Renaut Hortense, Bianca Guarnieri de Jesus, Bianca Ribeiro Alves Caetano, Débora Akemi Agata, João Alberto dos Santos Junior, Laís Siqueira Ribeiro Cavalcante, Patrick Matos Gonçalves, Thassia Pedrina Bollis, Thiago Eizo Coutinho Maeda, Vitor Garcia de Oliveira Raymundo.

¹ Nos dias 29 de novembro e 01, 03, 04 e 05 de dezembro, não houve notícias de Política Externa Brasileira.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Figueiredo pronunciou-se sobre Conferência da OMC

No dia 29 de novembro, em Brasília, o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo, pronunciou-se sobre a Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), a ser realizada entre os dias 3 e 6 de dezembro, na Indonésia. O chanceler afirmou que o Brasil deseja que o acordo contemple todos os elementos pautados para o debate, entre eles a facilitação do comércio, os incentivos a países menos desenvolvidos e a agricultura. Segundo o ministro, não seria aceitável para os países em desenvolvimento que o resultado da conferência ocorresse somente em uma área, pois é necessário um equilíbrio e não apenas o alcance de acordos em temas desejados por um grupo. Figueiredo também afirmou que tal posicionamento é consonante no G20, e que está cautelosamente otimista, pois, em sua opinião, se houver um esforço político real por parte dos envolvidos pode-se conseguir resultados positivos. No entanto, o chanceler admitiu que a situação não é favorável, já que não foi possível que os países chegassem a um consenso até o momento. O ministro declarou ainda que o fechamento desse pacote após as negociações seria a primeira grande conquista da OMC em muitos anos. A respeito de uma possível continuação nas negociações mesmo após a conferência, Figueiredo ressaltou que o assunto tem sido abordado, o que considerou um sinal de engajamento, mas que o Brasil não está trabalhando com um plano alternativo caso não se consiga um pacote de ações na conferência. Em relação ao acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia (UE), ao ser questionado sobre as dificuldades em consolidar a proposta brasileira com a da Argentina e sobre a possibilidade de os dois países apresentarem ofertas independentes aos europeus, o ministro declarou que se está trabalhando para que as decisões sejam negociadas em conjunto (Folha de S. Paulo – Mercado – 30/11/2013; O Estado de S. Paulo – Economia e Negócios – 30/11/2013).

Embaixadora do Brasil pronunciou-se a respeito do ProSavana

A embaixadora do Brasil em Moçambique, Lígia Maria Scherer, pronunciou-se sobre o ProSavana, projeto de produção de alimentos em Moçambique com financiamento dos governos brasileiro e japonês. Scherer afirmou que Brasil e Japão foram convidados a cooperar na promoção do desenvolvimento agrícola e de segurança alimentar de Moçambique, e que o projeto é induzido pela demanda de alimentos. A embaixadora declarou também que o cultivo de lavouras para biocombustíveis não está previsto no ProSavana e que a presença de grandes grupos privados brasileiros dependerá do desejo do governo moçambicano (Folha de S. Paulo – Mundo – 30/11/2013).



Observatório de Política Exterior do Brasil

Brasil respondeu à investigação da ONU

O governo brasileiro alegou aos investigadores internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) que as armas não letais de fabricação brasileira encontradas na Costa do Marfim foram vendidas à Burkina Faso, e não ao país onde se encontrou o armamento. Como evidência, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil enviou à ONU o contrato de venda entre o governo burquinense e a Condor, empresa fabricante das armas. De acordo com o documento, a reexportação da artilharia era proibida. O Itamaraty confirmou também ter enviado as informações sobre a exportação à ONU, mas declarou que não participou diretamente da decisão de comercializar o material à Burkina Faso. Ademais, o Ministério alegou que o fato de se tratar de armas não letais isenta o governo brasileiro de participar da decisão final sobre a venda. A investigação ocorreu devido ao embargo de armas à Costa do Marfim imposto pelo Conselho de Segurança da ONU em 2004 (O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/12/2013).